

Programa será mostrado neste mês

por Claudia Safatle
de Brasília

O ministro da Fazenda, Dilon Funaro, já definiu o que deseja dos credores do Brasil na renegociação da dívida externa: até o final do mês de março, o governo apresentará ao Banco Mundial e aos bancos privados internacionais um programa econômico para os próximos quatro anos e proporá que este programa tenha fontes de financiamento compromissadas tanto por parte das agências oficiais de governo, quanto pelos bancos credores. O esforço será concentrado na renegociação dos juros, dado que o principal tem sido rolando costumemente — desta vez, no entender de Funaro, o principal deverá ser rolando num esquema plurianual.

Em grandes linhas, o plano econômico que está sendo elaborado por técnicos do Ministério da Fazenda, diz o seguinte: em 1987, as exportações brasileiras vão crescer 6% e as importações, cerca de 10%. Isso significa que a capacidade do País será de gerar, neste ano, um superávit não superior a US\$ 8 bilhões, cifra que cobre apenas uma parcela dos pagamentos que o País tem de fazer aos credores ao longo deste ano, que totalizam aproximadamente US\$ 13 bilhões. Para financiar o crescimento econômico projetado, de 5 a 7%, e ainda pagar os serviços da dívida, o País precisará de pelo menos US\$ 5 bilhões a US\$ 5,5 bilhões de novos financiamentos.

PROJEÇÕES

O ministro da Fazenda esclareceu, na última sexta-feira que este programa, que orientará a renegociação da dívida externa — e que será, previamente, discutido pelas lideranças do Congresso Nacional que compõem os partidos da Aliança Democrática (PMDB e PFL) —, não representa uma listagem de medidas, mas projeções sobre os principais indicadores econômicos: balança comercial, tarifas do setor público, política cambial, comportamento dos preços, para este e para os próximos três anos.

Aceito o programa, que o ministro acredita ser factível mesmo sem a intermediação do Fundo Monetário Internacional (FMI), o dinheiro novo necessário para viabilizá-lo seria automático, livrando o País dos desgastes de em cada ano ter de promover um acerto externo.

"Isso não significa nenhuma modificação da política econômica interna.

Mudar a política econômica nesse momento seria promover uma recessão para gerar excedentes exportáveis", assegurou o ministro da Fazenda, ponderando que a única coisa inegociável nesse plano é o crescimento da economia.

QUEDA DAS RESERVAS

Funaro confirmou que do dia 20 de fevereiro passado, quando o governo decretou a suspensão dos pagamentos de juros aos bancos internacionais credores do Brasil, até a última sexta-feira, as reservas cambiais brasileiras caíram de US\$ 3,98 bilhões para US\$ 3,5 bilhões, o que representa uma perda de reservas de US\$ 460 milhões em cerca de vinte dias. Logo após a suspensão, segundo Funaro, houve uma perda maior, mas depois ocorreu uma ligeira recuperação. A balança comercial de fevereiro, segundo o ministro, foi bem melhor que a de janeiro, quando o País obteve um superávit de US\$ 129 milhões e em fevereiro essa cifra poderia até dobrar, estimou.

Lembrou que o País tem créditos de difícil recebimento, (como as Polonetas ou débitos de Moçambique), cerca de US\$ 4 bilhões, mas é impossível contar com esses créditos.

No plano de metas econômicas para os próximos quatro anos, o ministro disse que estará delimitada a necessidade de importações de equipamentos, por exemplo, assim como os créditos dos eximbanks necessários para financiar essas importações.

"Isso é um grande quebra-cabeça e estamos montando peça por peça", assinalou Funaro, enfatizando que "o que eu quero colocar na mesa de negociações da dívida externa é um plano de renegociação por quatro anos, com garantias automáticas de dinheiro novo. Nesse período o Brasil cumprirá a performance definida do plano".

TELEX AOS BANCOS

O ministro informou, ainda, que o Comitê de Assessoramento da Dívida Externa Brasileira, presidido por William Rhodes, do Citibank, já enviou um telex aos setecentos bancos credores do Brasil, notificando a passagem do presidente do Banco Central, Francisco Gros, por Nova York e explicando que Gros anunciará a intenção brasileira de negociar a dívida em cima de um plano de crescimento econômico para o período de 1987 a 1990.

Funaro disse que esse programa nada tem a ver com o Plano Sayad, ou seja, o plano que o ministro do Planejamento, João Sayad entregou ao presidente Sarney, recentemente, onde o ministro-chefe da Sepplan identifica a possibilidade de um novo programa de estabilização, e detalha as condições desse plano.

"Não tem novo choque, não tem congelamento", afirmou Funaro, dizendo que conversou ontem com Sayad e que o plano da Sepplan é para "mostrar que, no futuro, há possibilidade de um plano de estabiliza-

ção do tipo do Cruzado I." Funaro disse que concorda com tal possibilidade, mas que isso é uma questão de "tempo".

O ministro quis ressaltar, também, que as linhas de crédito de curto prazo — tanto comerciais quanto interbancárias — que os bancos internacionais operam com os bancos brasileiros no exterior, continuam sendo renovadas.

Segundo ele, 75% dessas linhas, que totalizam US\$ 15 bilhões, se concentram em quase cinquenta credores e "como elas vencem no dia 1º de abril, alguns estão deixando o próprio sistema brasileiro".

PROVIDÊNCIAS INTERNAS

Funaro confirmou que algumas providências internas serão tomadas para uma arrumação das finanças públicas, como é o caso da eliminação dos subsídios.

Ele disse que o subsídio ao trigo deve ser eliminado, mas que o problema ainda está em discussão dentro do governo e não está definido se será de uma só vez, gradualmente ou se será seguido de uma compensação para as camadas de baixa renda.

Funaro explicou que o Executivo enviará ao Congresso Nacional uma proposta que limitará a possibilidade de o governo criar subsídios. Ao Congresso Nacional é que caberia decidir sobre o que precisa ser subsidiado na economia, e com que fonte de recursos esse subsídio seria concedido.